REFORMAS CURRICULARES NO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: PROCESSOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Andressa Backes^{*}
Rosiele Pinho Gonzaga da Silva^{*}
Rosa Maria Rodrigues^{**}

RESUMO

Apresentamos dados sobre as reformas curriculares na graduação em enfermagem no Brasil, objetivando identificar as mudanças curriculares da graduação em enfermagem e contribuir com o processo de discussão e avaliação de docentes e discentes em andamento desde a implementação de proposta de reforma curricular de um curso de enfermagem da região Oeste do Paraná. Selecionamos 16 artigos na base de dados Lilacs (Literatura da América Latina e do Caribe em Ciências da Saúde) e um de uma revista de educação totalizando, 17 artigos, que relatavam 11 reformas curriculares em universidades públicas federais e estaduais. Identificamos: o processo desencadeado pelo curso; tendência à construção coletiva dos projetos; adoção do referencial teórico de Freire e da metodologia da problematização; a teoria crítico-social dos conteúdos e o referencial de marcos conceituais de construção de projetos; currículos integrados, e currículos disciplinares como estruturas curriculares; as dificuldades, facilidades e desafios vivenciados nas reformas; o Sistema Único de Saúde sendo o foco da formação; e a Associação Brasileira de Enfermagem atuando no fomento das discussões sobre a formação da graduação. Os dados serão subsídios para os trabalhos relacionados à discussão e avaliação do projeto político-pedagógico do curso.

Palavras-chave: Educação em enfermagem. Currículo. Educação superior.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta dados da pesquisa de iniciação científica sobre a última reformulação curricular de um curso de enfermagem de uma universidade pública estadual da região Oeste do Paraná. Desde a criação, o curso tem enfrentado e desencadeado discussões acerca da formação oferecida que se intensificaram com as discussões no âmbito nacional sobre a educação em enfermagem nas décadas de 1980 e 1990.

No ano de 1995 elaborou-se um projeto político-pedagógico (PPP) que direcionou a formação até o ano de 2003, quando se implementou outra proposta de formação, após discussão coletiva em que docentes e discentes pactuaram a melhor forma de encaminhar o processo. Organizou-se um currículo disciplinar com cinco anos de formação, o qual mantém a

licenciatura articulada à sua estrutura.

Seguindo o processo coletivo de discussão, o atual PPP encontra-se em fase de implementação e avaliação, e com ele a presente pesquisa busca contribuir, não pretendendo substituir o processo coletivo que tem sido desencadeado.

Neste artigo é apresentada uma revisão bibliográfica sobre as experiências de reformas curriculares nos cursos de graduação em enfermagem no Brasil que embasaram uma pesquisa de iniciação científica. As experiências de reformulação curricular podem subsidiar a análise de estratégias que o curso tem implementado na avaliação do seu PPP, além de serem mais uma fonte para auxiliar processos de discussão e avaliação em cursos de graduação em enfermagem.

* Acadêmicas do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Cascavel. Bolsista de iniciação científica da PRPPG - Unioeste. e-mail: rosenursing6@yahoo.com.br .

** Enfermeira. Doutora em Educação. Professora do Curso de Enfermagem da Unioeste, Campus Cascavel/PR. E-mail: rmrodri@certto.com.br.

OBJETIVO

O trabalho teve como objetivo identificar as mudanças curriculares da graduação em enfermagem no Brasil divulgadas em periódicos nacionais.

METODOLOGIA

Realizamos busca em bases de dados das experiências de reformulação de escolas de enfermagem brasileiras publicadas nos meios de divulgação do conhecimento na área, do ano de 1995 até o ano de 2005, para identificar como as escolas têm efetivado suas mudanças e explicitar os processos, tendências e desafios colocados à formação.

Foi feita busca no *site* da *Scielo*, mas observou-se que muitos periódicos não estão disponíveis nesta base de dados que disponibiliza artigos completos. Assim, o recurso da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), foi utilizado observou-se que muitos artigos relatando reformas curriculares ainda estavam por ser identificados. Nesta base de dados foram identificados os artigos da base de dados Lilacs (Literatura da América Latina e do Caribe em Ciências da Saúde) e eleitos aqueles publicados entre os anos de 1995 e 2005. No Lilacs está inserido grande parte dos periódicos nacionais da área da saúde, o que nos possibilitou acessar o conhecimento veiculado sobre o nosso objeto de estudo, indicando a possibilidade de consistência das afirmações.

Na busca nas bases de dados utilizamos os seguintes descritores: currículo, currículo e enfermagem, currículo, enfermagem, Brasil; educação, educação e enfermagem, educação, enfermagem, Brasil; formação, formação e enfermagem, formação, enfermagem, Brasil e diretrizes curriculares.

O descritor “currículo” trouxe 1361 citações, motivo pelo qual refinamos com a associação do descritor “enfermagem”, que trouxe 363 citações, e ainda com o acréscimo do descritor “Brasil”, que trouxe 77 citações, as quais foram lidas e selecionadas.

O descritor “educação” trouxe 19499 citações, que foram refinadas com a associação do descritor “enfermagem”, trazendo 2793 citações. Refinamos com o acréscimo do descritor

Brasil, que trouxe 454 citações, as quais foram lidas e selecionadas.

O descritor “formação” trouxe 5359 citações, motivo pelo qual refinamos com a associação do descritor “enfermagem”, que trouxe 593 citações. Refinamos com o acréscimo do descritor “Brasil”, que trouxe 173 citações, as quais foram lidas e selecionadas. O descritor “diretrizes curriculares” trouxe 49 citações.

É preciso registrar que a utilização destes descritores fez com que as citações se repetissem em uma e outra fases de refinamento. Enfim, deste processo foi possível identificar 16 textos que abordavam especificamente experiências de reformulação curricular em cursos de enfermagem. Inserimos mais uma publicação, não encontrada na base de dados Lilacs (específica da área da saúde), mas que era de nosso uso pessoal. Tratava-se de uma edição da Revista de Educação da Puc-Campinas, número nove, dezembro de 2000, que abordava experiências de reformulação na área da saúde. Assim, o total de artigos selecionados foi de 17. Neste contato com a bibliografia sistematizamos alguns textos que não abordavam especificamente as reformas, mas foram boas fontes para auxiliar na discussão dos dados.

Quando iniciamos nossa leitura e fichamento dos artigos, elegemos para sistematização os seguintes aspectos ou elementos: Qual foi o processo desencadeado pelo curso?; Qual a inserção das pessoas (alunos, docentes, etc.) no processo?; Qual a fundamentação teórica que sustentou a reformulação?; Que tipo de organização curricular resultou deste processo?. Além deles, a leitura nos mostrou que muitos textos traziam dificuldades ou desafios que foram sistematizados. A eleição destes aspectos ou elementos se justifica pelo fato de que estas são questões centrais na condução dos processos de reforma curricular e poderiam iluminar o processo interno do curso.

Em muitos momentos não conseguimos seguir claramente este “roteiro”, pois os artigos nem sempre traziam todas as informações colocadas para a busca. Assim, procedemos à leitura e fichamento e, posteriormente, fomos pinçando destes documentos as informações tidas como importantes para o estabelecimento de um panorama sobre as reformas curriculares da graduação em enfermagem no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificamos 17 artigos referentes a 11 experiências de reforma curricular, uma vez que alguns cursos publicaram suas experiências de reforma em mais de um artigo. Um primeiro aspecto a se salientar da revisão bibliográfica sobre as reformas curriculares na enfermagem brasileira é que elas aconteceram principalmente nas universidades públicas, tanto federais quanto estaduais. As universidades que socializaram suas experiências de reforma curricular por meio da publicação de artigos em periódicos foram: Universidade Estadual de Londrina, Faculdade de Medicina de Marília, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Universidade Federal de Alagoas. É possível objetar que esta pesquisa tomou como fonte de dados apenas as experiências tornadas públicas pelos meios de divulgação da enfermagem, por intermédio de seus periódicos, o que poderia diminuir sua objetividade; entretanto os periódicos têm sido os espaços de maior possibilidade de socialização do conhecimento na área, sendo um deles, a Revista Brasileira de Enfermagem, um meio privilegiado para a divulgação de estudos, pesquisas e experiências acerca da formação em enfermagem no país.

A frequência com que apareceram experiências de reformulação em instituições públicas corrobora achados de pesquisa⁽¹⁾ que ressaltaram que mais de 87,1% dos autores dos trabalhos publicados no periódico estudado eram oriundos de instituições públicas. Assim, podemos afirmar que as instituições públicas têm se constituído em norteadoras da mudança na educação superior em enfermagem e, não por acaso, suas experiências são unanimidade nas publicações específicas sobre a temática.

Da análise é possível afirmar, no que se refere ao processo desencadeado pelo curso, que há uma tendência para a realização de seminários e oficinas e implementação de cursos de capacitação pedagógica para os docentes, além de grupos específicos de

trabalho e projetos de pesquisa, como forma de desencadear e buscar subsídios para as reformulações curriculares.

Podemos observar ainda que o investimento em capacitação pedagógica docente é uma característica comum àqueles cursos que organizaram seus currículos na modalidade de currículo integrado⁽²⁻¹¹⁾. Esta característica pode ser atribuída à necessidade de domínio de novos instrumentais metodológicos, uma vez que esses cursos também têm em comum a especificidade de adotarem a pedagogia da problematização como referencial metodológico. Assim, a reformulação curricular tendo como eixo a metodologia problematizadora e o currículo integrado parece ter gerado a necessidade de formação docente para atuar nestes novos modos de conduzir a prática docente.

Observamos, nas reformulações estudadas, a tendência à construção coletiva dos projetos pedagógicos. Nesta construção predomina a participação de docentes e discentes; e, principalmente naqueles cursos que adotaram o currículo integrado e são incentivados pelos projetos UNI (Uma Nova Iniciativa para formação em saúde), há a inserção de enfermeiros assistenciais, assim como dos serviços de saúde, como as secretarias municipais de saúde⁽²⁻¹⁶⁾. Este formato de construção é uma orientação geral dos projetos UNI, em que deve haver a articulação entre os três componentes essenciais, quais sejam, o ensino, o serviço e a comunidade. Os projetos que se dispuseram a buscar o incentivo desta iniciativa deveriam também seguir esta articulação.

A idéia de construção coletiva de uma proposta pedagógica tem sido unanimidade nos espaços de discussão da formação na graduação em enfermagem no Brasil. As diretrizes curriculares explicitam, em seu artigo 9º, que “o **Curso de Graduação em Enfermagem deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente**, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador no processo ensino-aprendizagem [...]” [grifo nosso]^(17:5). Assim, aquilo que se observa na legislação educacional incorporou, em grande medida, os consensos que a categoria construiu por meio das iniciativas de mudança curricular.

Observamos, não obstante, que, apesar do esforço pela construção de projetos coletivos, muitos cursos ainda esbarram na dificuldade de inserção efetiva destes docentes, tanto na etapa de construção das propostas quanto na sua implementação. Isso pode ser verificado quando alguns cursos relatam o pouco envolvimento dos docentes com os principais desafios e dificuldades para a efetivação das estratégias de mudança^(4,9,11,18).

Outro dado levantado e sistematizado foi o relativo ao referencial teórico-metodológico adotado pelos cursos em suas reformas curriculares. Neste aspecto foi predominante o relato da adoção do referencial teórico de Freire, com a adoção da metodologia da problematização⁽²⁻¹¹⁾; a teoria crítico-social dos conteúdos^(5,6) e a construção de currículos tendo como norte os marcos filosófico, conceitual, referencial e estrutural⁽¹²⁻¹⁴⁾ que têm em Saube uma importante sistematizadora.

Sustentam os autores que a pedagogia da problematização é um referencial em que o aluno é centro do processo e o educador é o mediador que vai ajudar a explicitar e a sistematizar aquilo que a vida e o contexto dos educandos fornecem como elementos de análise, reflexão e reestruturação do saber^(2,3). Para alguns autores^(2,3), o referencial de Freire oferece fundamentos teóricos, filosóficos e epistemológicos para apoiar e justificar a pedagogia da problematização; e neste sentido apontam também Libâneo (1994) e Saviani (1996) como autores inspirados na concepção histórico-crítica, os quais apontam para a necessidade de uma pedagogia da problematização. A metodologia da problematização e a pedagogia crítico-social são os referenciais utilizados na construção do currículo, e buscam relacionar os novos conteúdos ao conhecimento prévio do estudante através da reflexão crítica da realidade. Esta metodologia possibilita ao aluno ser o construtor do seu conhecimento, participante ativo na transformação da sociedade. O professor torna-se o mediador desse processo^(5,6).

Em comum, os autores que tomam os referenciais inovadores ou sustentados na metodologia da problematização afirmam que o ensino tradicional, entendido como aquele em que o professor é o centro do processo, não

é mais aceitável para a formação nas novas exigências colocadas às instituições formadoras.

A teoria crítico-social dos conteúdos é tomada como o referencial teórico que seria adequado para sustentar a mudança curricular pretendida. Para tanto, os referenciais são autores como Saviani, Libâneo e Freire.

Pensamos que estas afirmações precisam ser objeto de reflexão, até porque percebemos uma imprecisão em tomar como equivalentes as propostas pedagógicas de Freire, Libâneo e Saviani. Entretanto, esta é uma questão que não será aprofundada nesta pesquisa, por fugir aos seus propósitos, mas será retomada em outros projetos de pesquisa e em outras reflexões teóricas a respeito da temática.

A construção de currículos a partir de marcos conceituais que foram identificados fundamentando algumas propostas de mudanças teve sua maior expressividade na Região Sul. Saube⁽¹⁹⁾ desenvolveu projetos de pesquisa integrando a formação nessa região^(13,14). Os marcos sobre os quais se poderiam construir formulações curriculares seriam: o marco referencial; o marco filosófico; o marco conceitual e o marco estrutural. O marco referencial está intimamente ligado à descrição e à crítica da realidade, a fim de que a formação do profissional esteja comprometida com a solução dos problemas da sociedade. Aborda as caracterizações geopolítica, econômica, educacional e de saúde no espaço onde o PPP está sendo construído. O marco filosófico representa as crenças e valores da comunidade envolvida na construção do PPP. As teorias e conjuntos de conceitos estabelecidos por pensadores e a sua correlação com os demais marcos representam o marco conceitual. A prática de arrolamento das competências ou do "perfil" profissional define o marco estrutural⁽¹³⁾. Em outro estudo⁽²⁰⁾ a mesma autora apresenta referência aos marcos que fundamentam a construção dos PPPs.

Quanto à estrutura curricular resultante das reformas, identificamos a referência aos currículos integrados, assim como aos currículos disciplinares. Os currículos integrados estão basicamente concentrados naquelas reformulações orientadas e incentivadas pelos projetos UNI⁽²⁻¹¹⁾. As formas de integração curricular foram diferenciadas nos vários cursos. Encontramos

currículos em que se optou pela organização de módulos, currículos que organizaram unidades educacionais, alguns que mantiveram as áreas de conhecimento da enfermagem e integraram a formação nessas mesmas estruturas, alguns que a integraram por meio dos conteúdos e outros que o fizeram por áreas temáticas. Esta sistematização nos mostra que a construção de um PPP não é uma atividade que se submeta a procedimentos acabados ou fechados. Cada escola precisa buscar, dentro de suas especificidades e possibilidades, a forma mais adequada de operacionalizar sua mudança.

É de se observar também que muitos cursos permaneceram na “tradicional” estrutura disciplinar, o que não significava que não estivessem preocupados com a formação^(12-16,18). Salientamos que não é somente o marco estrutural de um projeto pedagógico que determina o perfil do profissional a ser formado. A construção de currículos é um espaço de poder, de disputa. Além disso, para eles concorrem as possibilidades de atuação docente, condições e ritmo de trabalho, estruturas físicas e materiais das instituições e disposição para enfrentar as rupturas que uma mudança radical nos processos de formação normalmente comporta.

Avaliamos como louváveis as iniciativas de transformação radical da formação, mas mesmo um currículo disciplinar (hoje tido como tradicional) pode propiciar formas de articular o conhecimento em todas as etapas da formação.

No que tange às dificuldades enfrentadas pelos cursos de enfermagem, podemos sistematizá-las em, pelo menos, duas categorias: aquelas relacionadas às estruturas universitárias e aquelas relacionadas às pessoas envolvidas nos processos de mudança. Em relação às estruturas universitárias, as dificuldades se concentram em torno da carência de tempo, da escassez de recursos materiais e humanos, da precariedade da estrutura física, progressivamente fragilizada em face do descaso da administração pública, da infra-estrutura acadêmica e administrativa, da não-reposição do quadro docente nas instituições federais, da exigência de manutenção de índices de produtividade para manter a pós-graduação, que tem prejudicado a docência na graduação^(11,14-16).

As dificuldades relacionadas aos envolvidos

no processo podem ser atribuídas à deficiente formação docente para atuar nas mudanças, à resistência das pessoas em arriscar a inserção de algo novo ou desconhecido, à dificuldade dos docentes com as novas metodologias, ao não-envolvimento efetivo das pessoas no processo. Houve a verificação de que a maior dificuldade está em “mudar as pessoas”^(2-5,9).

Quanto aos desafios, parece que eles se concentram no desenvolvimento das metodologias ativas como uma forma desejada de mudança da formação em enfermagem.

As facilidades relatadas podem ser identificadas naquelas reformulações que desencadearam projetos inovadores, indicando como elementos facilitadores do processo a união, o apoio recíproco, o aprofundamento das relações de interdependência, o comprometimento individual e coletivo na edificação do mesmo sonho e a construção coletiva⁽⁴⁾.

Além destes aspectos, que podemos caracterizar como pedagógicos, observamos que há um discurso generalizado de mudança curricular tendo como suporte a formação orientada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Este dado pode ser explicado pela preocupação apresentada nas escolas de enfermagem a partir da década de 1980, acompanhando as discussões gerais da sociedade e da saúde, de rever a formação do enfermeiro, a qual, conforme muitos textos denunciam, ainda está centrada no ambiente hospitalar, nas ações curativas e individuais. Assim, a preocupação com a formação para o SUS foi bastante evidente nas falas dos autores quando buscavam sustentar os movimentos de mudança que tinham lugar em suas escolas/cursos de enfermagem^(5,6,8,10-13).

Esta preocupação, em nosso entendimento, é relevante, uma vez que o SUS, apesar de suas dificuldades de implementação ou consolidação, ainda é o serviço que oferece oportunidade de acesso a ações de saúde ao maior contingente populacional do país, sejam elas de caráter preventivo, curativo ou de reabilitação.

Outro elemento que se mostrou evidente foi o papel da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), no fomento das discussões sobre a formação da graduação em enfermagem nos cursos estudados^(10,16,18). A ABEn, acompanhando o movimento nacional de crítica e de

proposições ocorrido em fins da década de 1970 e em toda a década de 1980, constituiu-se no ator histórico central na condução do processo. As questões da formação tiveram um espaço privilegiado na atuação da associação com a criação de um fórum específico para o seu tratamento, os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil (Senadens). Mais recentemente, nestes seminários se efetivaram as discussões sobre a construção das diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em novembro de 2001 pela Resolução CNE-3/2001, legislação atual orientadora da composição dos PPPs dos cursos de enfermagem.

Enfim, nas experiências de mudança curricular há uma riqueza de elementos que podem ser utilizados para os processos de mudança que as escolas estão enfrentando ou ainda terão que enfrentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa na base de dados Lilacs identificamos 16 reformas curriculares no Brasil e acrescentamos uma da Revista de Educação de Campinas. Os artigos mostraram que as universidades públicas (estaduais e federais) são os principais espaços em que se experimentam reformulações na graduação em enfermagem no Brasil.

Os cursos têm desencadeado diversificados processos coletivos de encaminhamento das suas reformas curriculares, desde aqueles que envolvem todos os sujeitos (alunos, docentes, enfermeiros de serviços e outros) até os que têm atuado com comissões responsáveis por articular o processo.

Destaca-se o investimento na formação pedagógica dos docentes como forma de garantir que as propostas inovadoras na graduação

tenham materialidade. Esta questão foi bastante presente naqueles cursos que se propuseram a constituir os currículos integrados. Estes currículos foram uma modalidade identificada na pesquisa, mas muitos cursos mantêm a organização disciplinar.

Quanto ao referencial teórico-metodológico, constatamos na graduação em enfermagem uma forte tendência a utilizar o referencial teórico-metodológico de Freire, mas alguns cursos se sustentam em Libâneo e em Saviani, além de outros que se reportam ao referencial de construção curricular baseada em marcos (referencial, filosófico, conceitual e estrutural), que tem em Saube uma importante representante.

Em relação às dificuldades, elas estão situadas nas questões estruturais das instituições e no envolvimento das pessoas, sendo aspectos que causam tensão nos processos de mudança. Os desafios estão situados na implementação de inovações na graduação, considerando-se aquelas dificuldades.

A literatura nos mostra que há um movimento de mudança na formação do enfermeiro brasileiro e que se vivenciam processos inovadores, entre os quais a organização de currículos integrados tem sido a alternativa mais evidente. Entendemos que as alternativas inovadoras são importantes aportes teórico-metodológicos, mas que as escolas devem criar suas alternativas de mudança considerando suas potencialidades e dificuldades, pois o êxito da mudança está diretamente relacionado a estes dois aspectos.

Esta pesquisa mostrou importantes aspectos ou tendências da formação que podem constituir-se em documento de orientação aos cursos de enfermagem quando da discussão e reformulação de seus projetos político-pedagógicos.

CURRICULAR REFORM IN BRAZILIAN NURSING UNDERGRADUATE EDUCATION: PROCESSES, TRENDS AND CHALLENGES**ABSTRACT**

We present data about curricular reform in undergraduate nursing education in Brazil, with the objective to identify curricular changes to undergraduate nursing education and contribute to the process of discussion and evaluation of faculty members and students, which has been in progress since the implementation of the proposal of curricular reform of a nursing undergraduate course in the western region of Paraná State. We selected 16 articles from the Lilacs (Latin American and Caribbean Health Sciences Literature) database and one from an education magazine, totalizing 17 articles, which altogether mentioned 11 curricular reforms in public (federal and state) universities. We identified the process undergone by the course; the tendency towards collective construction of projects; the theoretical referential of Freire and the methodology of problematization; the critical-social theory of contents and the referential of mission statement in the construction of projects; integrated curricular, and disciplinary curricular as curricular structures; the difficulties, facilities and challenges experienced in the reforms; the National Health Care System being the focus of the formation; the Brazilian Association of Nursing acting in the promotion of the discussions on the formation of the course. The data will be subsidies for work related to the discussion and evaluation political-pedagogical project for the course.

Key words: Education in nursing. Curriculum. Education higher.

REFORMAS CURRICULARES EN LA ENFERMERÍA BRASILEÑA: PROCESOS, TENDENCIAS Y DESAFÍOS.**RESUMEN**

Presentamos datos sobre las reformas curriculares en la graduación en Enfermería en Brasil objetivando identificar los cambios curriculares de la graduación en Enfermería y contribuir con el proceso de discusión o evaluación de docentes y discentes en trámite desde la implementación de la propuesta de reforma curricular del curso. Seleccionamos en la base de datos Lilacs (Literatura de la América Latina y del Caribe en Ciencias de la Salud), 16 artículos y uno de una revista de educación, totalizando 17 artículos, que relataban 11 reformas curriculares en universidades públicas, tanto federales como estatales. Identificamos el proceso desencadenado por el curso; tendencia a la construcción colectiva de los proyectos; adopción del referencial teórico de Freire o de la metodología de la problemática; la teoría crítico-social de los contenidos y el referencial de marcos conceptuales de construcción de proyectos; currículos integrados, currículos disciplinarios como estructuras curriculares resultantes de las reformas; las dificultades, facilidades y desafíos vividos en las reformas; el Sistema Único de Salud siendo el foco de la formación; la Asociación Brasileña de Enfermería actuando en el fomento de las discusiones sobre la formación de la graduación. Estos datos serán subsidios para los trabajos relacionados a la discusión y evaluación de docentes y discentes del proyecto político-pedagógico del curso.

Palabras clave: Educación en enfermería. Currículo. Educación superior.

REFERÊNCIAS

1. RodrigueS RM, Bagnato MHS. Pesquisa em enfermagem no Brasil: problematizando a produção de conhecimento. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(6):640-5.
2. Godoy CB. Construindo uma nova proposta pedagógica no Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina. *Rev Bras Enferm.* 2001 out-dez.;54(4):568-77.
3. Godoy CB, Souza NA. Enfermagem: o currículo integrado na avaliação e percepção dos docentes. *Rev Bras Enferm.* 2001 jul-set.;54(3):427-34.
4. Godoy CB. O Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina na construção de uma nova proposta pedagógica. *Rev Latino-Am Enfermagem.* [on-line]. 2002 jul-ago.;10(4):596-603 [citado em 28 abr 2006]. Disponível em: URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000400018&lng=pt&nrm=iso.
5. Chirelli MQ, Costa MCG. O currículo integrado do Curso de Enfermagem da Famema: implementando a metodologia problematizadora de ensino. *Revista de Educação PUC-Campinas.* 2000 dez.;(9):29-39.
6. Laluna MCMC, Ferraz CA. Compreensão das bases teóricas do planejamento participativo no currículo integrado de um curso de enfermagem. *Rev Latino-Am Enfermagem.* [on-line]. 2003 nov-dez.;11(6): 771-7 [citado em 28 abr 2006]. Disponível em: URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000600011&lng=pt&nrm=iso.
7. Marin MJS, Vilela EM, Cardoso CP, Braccialli LAD, Pavelqueires S, Dadalti MRM. Fazendo e aprendendo: uma experiência de ensino/aprendizagem. *Rev Bras Enferm.* 2004;57(6):75-8.
8. Romano RA, Papa LMP, Lopes GT. Construção de um currículo integrado de enfermagem. *Rev Bras Enferm.* 1997;50(3):407-24.

9. Freire RP, Guimarães RM, Henriques RLM, Mauro MYC. O currículo integrado da Faculdade de Enfermagem da UERJ: uma reflexão sobre a formação de recursos humanos para o SUS. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4): 381-4.
10. Correia LM, Henriques RLM, Nogueira MFH, Pacheco SA, Romano RT. Construção do projeto pedagógico: experiência da Faculdade de Enfermagem da UERJ. *Rev Bras Enferm.* 2004;57(6):649-53.
11. Fernandes JD, Ferreira, SL, La Torre MPS, Santa Rosa DO, Costa HOG. Estratégias para a implantação de uma nova proposta pedagógica na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4):392-395.
12. Silva MJ, Araújo MFM, Leitão GCM. A construção do projeto pedagógico: uma experiência coletiva. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4):374-7.
13. Freitas MC, Guedes MVC, Silva LF. Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará: a história e o projeto político-pedagógico atual. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4):385-7.
14. Beck CLC, Budó MLD, Terra MG, Camponogara S, Padoin SMM, Blois JMo. Participação na construção de um projeto político-pedagógico na enfermagem. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4):405-8.
15. Oliveira BRG, Schneider, JF, Rizzotto MLF, Rodrigues RM. Avaliação e construção de um projeto político-pedagógico para a graduação em enfermagem. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(4):369-73.
16. Santos R M, Brandao FS, Valverde RC, Trezza MCSF. Projeto pedagógico do curso de graduação em enfermagem/UFAL: adequações às diretrizes curriculares. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(6):690-4.
17. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº3, de 7 de nov. 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, 9 nov. 2001. Seção.1, p. 37. [Acesso em 11 set 2004]. Disponível em: URL: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>
18. Nozawa MR, Kirschbaum DIR, Silva MAPD, Silva EM. Ensino de graduação em enfermagem da Unicamp: políticas e práticas. *Rev Bras Enferm.* 2003;56(6):683-6.
19. Saupe R, Alves ED. Contribuição à construção de projetos político-pedagógicos na enfermagem. *Rev Latino-Am Enfermagem.* [on-line]. 2000;8(2): 60-7. [acesso em 06 jun 2006]. Disponível: URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000200010&lng=pt&nrm=iso.
20. Saupe R, Geib, LTC. O processo de construção dos projetos político pedagógicos na enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [on-line]. 2001;3(2). [acesso em 06 jun 2006]. Disponível em:URL: <http://www.fen.ufg.br/revista>.

Endereço para correspondência: Rosa Maria Rodrigues. Rua Edi Domingos D'Alla Costa, 489. Bairro Pioneiros Catarinense, Cascavel/PR. CEP: 85.805-550.

Recebido em: 30/08/2006

Aprovado em: 30/04/2007